



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

TRANSCRIÇÃO IPSIS VERBIS

CPI - TRABALHO INFANTIL			
EVENTO: Reunião Ordinária	REUNIÃO Nº: 1326/14	DATA: 10/12/2014	
LOCAL: Plenário 8 das Comissões	INÍCIO: 12h18min	TÉRMINO: 12h54min	PÁGINAS: 12

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

SUMÁRIO

Discussão e votação do relatório final da CPI.

OBSERVAÇÕES

Houve intervenção fora do microfone. Inaudível.



A SRA. PRESIDENTE (Deputada Sandra Rosado) - Havendo número regimental, declaro aberta a 20º reunião ordinária da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a apurar a exploração de trabalho infantil no Brasil e dá outras providências.

Encontram-se sobre as bancadas cópias da ata da 19ª reunião.

Pergunto aos Srs. Parlamentares...

O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS - Peço dispensa da leitura da ata, Sra. Presidenta.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Sandra Rosado) - Concedida a dispensa da leitura. Dispensada a leitura da ata a pedido do Deputado Jean Wyllys.

Em discussão a ata. (Pausa.)

Não havendo quem queira discuti-la, em votação.

Os Deputados que aprovam a ata permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Essa reunião ordinária foi convocada para a discussão e votação do relatório final da CPI. Peço a atenção dos senhores presentes para os procedimentos que vamos adotar.

Cada membro da Comissão inscrito terá o prazo de 15 minutos para discutir a matéria. Os Deputados que não fizerem parte da Comissão da CPI terão o prazo de 10 minutos e falarão após os membros.

Será concedida a palavra, segundo a ordem de inscrição, alternando-se um orador “contra” com um “a favor” da matéria, em conformidade com o disposto do § 1º do art. 172. Serão permitidos destaques supressivos ao relatório, sujeitos à deliberação da Comissão e sugestões que poderão ser acatadas ou não pelo Relator.

Em discussão a matéria. (Pausa.)

Como não há nenhum Parlamentar para discutir a matéria, nós passamos a palavra à nossa Relatora, Deputada Luciana Santos, para a leitura do relatório.

O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS - Sra. Presidenta...

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Sandra Rosado) - Pois não.

O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS - Eu queria, se é possível, V.Exa. acatar a sugestão de dispensa da leitura do relatório, porque o mesmo já foi distribuído



fisicamente e virtualmente aos membros da CPI. Todos nós já recebemos o relatório, já lemos o relatório, já tivemos um prazo regimental para apresentar à Relatora possíveis alterações.

Eu queria sugerir que a gente aprovasse o relatório e que a Deputada Luciana Santos, Relatora, faça considerações mais genéricas sobre os resultados dessa CPI, do que a leitura do Relatório, já que nós já lemos o relatório e já o conhecemos.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Sandra Rosado) - Muito obrigada, Deputado Jean Wyllys. Na verdade, todos os Parlamentares já o receberam nos seus gabinetes. Eu coloco em votação a sugestão do Deputado Jean Wyllys.

Quem for favorável permaneça como se encontra. (*Pausa.*)

Aprovada a dispensa da leitura do relatório.

Eu passo assim a palavra à Deputada Luciana Santos para que ela possa fazer algumas considerações a respeito desse relatório. Nós já tivemos a dispensa da votação...

O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS - A dispensa da leitura.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Sandra Rosado) - A dispensa da leitura — foi feita a votação. Nós pedimos à Deputada Luciana Santos algumas considerações a respeito.

A SRA. DEPUTADA LUCIANA SANTOS - Muito bom-dia, Presidente desta Comissão Parlamentar de Inquérito — não só à Presidente, que tomou a iniciativa do pedido desta CPI, aqui, nesta Casa, mas ao Deputado Jean Wyllys e a toda a assessoria, que foi muito decisiva para este êxito.

Quero fazer uma referência toda especial, porque afinal isso representa aqui um resultado de mais de 1 ano de trabalho. Foram 19 reuniões públicas, de uma riqueza muito grande, porque nós escutamos aqui desde vários órgãos públicos federais, representantes do poder econômico, representantes de atividades esportivas e de atividades artísticas. Ou seja, de fato houve aqui um processo de debate, de ausculta, de visitas, de audiências públicas fora de Brasília. Fizemos uma no Rio de Janeiro; outra na Bahia; outra em Pernambuco. Fizemos diligências também para verificar situações de exploração infantil, com apoio decisivo da Polícia Rodoviária Federal, porque fizemos diligências nas estradas. Eu considero que foi um debate riquíssimo com a colaboração muito especial, repito e lhes agradeço, dos



assessores. Vou declinar de dizer o nome de todos aqui, da assessoria, mas se sintam todos reconhecidos nesse esforço de elaborar um relatório tão rico, de quase 300 páginas, que, a grosso modo, antes da conclusão, todos eles são na verdade o retrato das audiências públicas, das contribuições dos Ministérios, como eu disse, e da contribuição de todos aqueles que participaram das audiências públicas.

Então, é um relatório muito rico, com bastantes dados.

Aqui eu destaco, antes de falar da conclusão, os últimos dados do PNAD/2013, que reflete ainda um total de crianças da Unidade da Federação, por Estado, que foram registrados como crianças em situação de trabalho, de 5 a 14 anos. Então, nós temos aqui o retrato de que o campeão no Brasil, nisso, foi Minas Gerais. Depois é que vem o Estado... Depois é que vem... Não é nem São Paulo, é a Bahia. Então, aqui nós temos um mapa, um diagnóstico, que colabora muito. Na verdade, o esforço dos órgãos tipo IBGE, IPEA, que constroem o mapa e o diagnóstico do trabalho infantil no Brasil, e nós temos que ter isso como elemento decisivo para tomada de decisão e para planejamento.

Então, esse que é o nosso objetivo aqui, na CPI. É ter resultantes e proposições que colaborem para que o Brasil atinja as metas, que o Brasil é consignatário, seja da Organização Internacional do Trabalho, de convenções internacionais que estabelecem que, até o ano de 2016, nós estejamos livres do trabalho infantil, pelo menos naquela pior forma, que é até 2016. Em 2020 que são todas as formas do trabalho infantil, mas até 2016 seriam as piores formas de trabalho infantil, que são as ilícitas, tráfico de drogas, exploração sexual, trabalho doméstico e todas aquelas que têm um impacto grave na qualidade de vida dessas crianças.

Então, nós queremos, com a CPI, levantar mudanças do Marco Legal do Brasil, no que diz respeito ainda a lacunas que impedem seja uma maior punibilidade das situações, sejam lacunas que acabam, na prática, facilitando a possibilidade da exploração do trabalho infantil.

Então, ela, além de apontar proposições, seja de projetos de lei, seja de PEC, também nós fazemos indicações. Indicações para que a gente possa levar aos órgãos públicos, por exemplo, sugestões de ter uma ficha... uma espécie de ficha suja de todos os setores econômicos que praticam a exploração do trabalho infantil.



Então, são sugestões que, considero eu, trarão uma efetividade para a ação de políticas públicas, porque nós vamos ter que ter essa combinação: um conjunto de ações políticas públicas relacionadas a mudanças do Marco Legal e certa mobilização política, porque a mobilização política do Fórum Nacional de Combate ao Trabalho Infantil, que procurou colaborar muito e estabelecer algumas das proposições que nós estamos apresentando aqui no relatório, foi fundamental.

Então, foi um esforço minucioso de participação aqui. Fora o período eleitoral, em quase toda semana, nós realizamos audiências e reuniões da CPI do Trabalho Infantil.

Há esses programas, como o Bolsa Família, mas eu não tenho a menor dúvida de que uma das questões fundamentais é o enfrentamento da evasão escolar. A grande matriz de solução do trabalho infantil é a permanência da criança na escola, o que requer medidas que tornem a escola cada vez mais atrativa, que seja em tempo integral.

Houve uma curiosidade — pelo menos foi uma novidade para mim — nesse processo aqui de escuta: nós conseguimos diminuir muito no País a escola no campo. Isso é uma reflexão que queremos aqui trazer nas conclusões que tiramos do relatório, porque há uma diminuição muito grande das escolas no campo — nós tratamos isso aqui com o MEC —, há uma redução drástica, o transporte escolar leva as crianças para os centros urbanos.

Nós sabemos que é na agricultura familiar que reside, em termos relativos, a maior quantidade de exploração do trabalho infantil. E nós queremos resgatar não só a escola do campo, mas a escola para o campo, em termos de conteúdo, que trate do ambiente, que respeite as especificidades da vida no campo. Isso é algo no País que não vemos retratado. Então, são algumas dessas questões que procuramos levantar no relatório, as quais eu penso que são decisivas.

Partindo para a proposição em si, além de todas as convenções da OIT das quais o Brasil é signatário, como a Convenção nº 138, e a Convenção nº 182, sobre as piores formas de trabalho infantil, nós também temos recomendações ao Poder Executivo. Nós fazemos 25 recomendações ao Poder Executivo, como fomentar a geração do conhecimento para o impacto na realidade do trabalho infantil e as suas consequências, porque, para além das políticas públicas e do marco legal, nós



temos aspectos subjetivos que são muito mais difíceis de serem superados, como o aspecto cultural de as pessoas naturalizarem o trabalho infantil. E, como esse aspecto subjetivo é o cultural, é sempre é o mais complicado e o mais difícil de fazer enfrentamento.

Então, através das escolas, dos meios de comunicação, é importante fomentar o impacto na saúde, na qualidade de vida, da repercussão que o trabalho infantil pode ter para a vida da pessoa, para além daquele momento, nos traumas e em todas as consequências, sejam na saúde, na cognição, na imaginação, na capacidade de elaborar, de imaginar.

Então, há um conjunto de medidas que nós estamos sugerindo para o Poder Executivo: aumentar o quadro de auditores fiscais do trabalho, criar comitês de controle social, implantar notificação intersetorial. Há indicações também ao Poder Legislativo, ao Poder Judiciário, ao Ministério Público do Trabalho, ao Poder Legislativo — e aqui é que entra, propriamente, o desempenho do nosso papel precípua: a elaboração dos PLs ou PECs.

Então, na página 236, no item 2.4, nós fazemos alguma proposições: declarar a prejudicialidade de PECs, rejeitar PECs ou incluir na Ordem do Dia do plenário outros PLs.

Há um PL do Deputado Jean Wyllys, que já tramita nesta Casa, que regulamenta a questão do trabalho artístico.

E, daí, nos anexos, nós publicamos os projetos de lei e a PEC. Então, um projeto de lei trata da modificação do Estatuto da Criança e do Adolescente, que de certa maneira, possibilita ou faz alguma concessão para o trabalho doméstico. Há também as modificações em relação à Lei Pelé e à CLT. Então, o PL trata disso. Aí, depois, nós propusemos a revogação do art. 248 do ECA, o Estatuto da Criança e do Adolescente. É exatamente esse artigo que possibilita, com a anuência da família, a prática do trabalho infantil.

Na página 250, há um erro: a convenção a que nos referimos não é a 158. É a Convenção nº 182 da OIT.

No projeto de lei que trata da representação artística, que, na verdade, é inspirado no...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)



A SRA. DEPUTADA LUCIANA SANTOS - Página 250, art. 404, item 3: é a Convenção nº 182.

Esse projeto de lei, que certamente será apensado ao do Deputado Jean Wyllys, até porque é um projeto de lei da CPI e vai ser também assinado por vários outros Deputados, é inspirado no projeto de lei do Deputado Jean Wyllys. Nós apenas acrescentamos questões relativas ao desporto, abrangendo um pouco mais.

E, por fim, apresentamos sugestão ao Ministério do Trabalho e à Secretaria de Direitos Humanos para criação de um cadastro de empregadores, uma espécie de ficha suja de empregadores que tenham praticado o trabalho infantil.

Então, com isso, eu encerro aqui o relatório da CPI, reservando este momento para considerações dos Parlamentares.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Sandra Rosado) - Algum Parlamentar gostaria de fazer uso da palavra?

O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS - Sra. Presidenta, quero só parabenizar o nosso trabalho e, em especial, o trabalho da Relatora Luciana Santos de condensar todas as proposições, todos os debates, todas as denúncias feitas nas 19 audiências públicas, nas oitivas, nas diligências que nós fizemos nesta CPI do Trabalho Infantil num relatório consistente, que traz diretrizes para o Poder Executivo e, ao mesmo tempo, apresenta um conjunto de projetos de leis que alteram a legislação no sentido de proteger a infância e garantir a toda e qualquer criança, independente da classe social, o direito à infância, à adolescência e a um trabalho, no caso dos adolescentes, que não tenha impacto negativo na sua formação. Então, parabenizo a Deputada Luciana Santos e esta CPI.

A SRA. DEPUTADA ANTÔNIA LÚCIA - Quero também aproveitar este momento tão importante para parabenizar a nossa Presidente, a Deputada Federal Sandra Rosado, que tem desempenhado um trabalho de suma importância no Parlamento, tem contribuído com grandes feitos para a nossa Nação através de suas defesas em prol das famílias, das crianças, dos adolescentes, dos idosos, enfim, do ser humano.

Em especial, quero dizer que foi muito importante o trabalho de V.Exas., de todos nós aqui na Câmara. Quero também parabenizar a nossa Relatora Luciana, tão flexível e que tem colocado de forma tão contundente o trabalho aqui que nos



presta na condição de Relatora. Quero parabenizá-la e dizer que o nosso País tem ganhado muito com esse trabalho elaborado pela mão de V.Exa.

Também quero aqui expressar o meu carinho aos demais colegas, registrar também a presença do nosso Deputado Federal Jean Wyllys, que também tem dado sua contribuição no Parlamento, assim como os demais Parlamentares. Dessa forma, eu tenho certeza de que a nossa Nação, Luciana, está contemplada com o trabalho elaborado por suas mãos.

Parabéns, obrigada, e vamos seguir em frente.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Sandra Rosado) - Muito obrigada pelas palavras, Deputado Jean Wyllys e Deputada Antônia. Nós vamos passar ao processo de votação.

Os Deputados e Deputadas que forem favoráveis ao relatório apresentado pela Deputada Luciana Santos permaneçam como se encontram.

A SRA. DEPUTADA LUCIANA SANTOS - Antes disso...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Sandra Rosado) - Sim.

A SRA. DEPUTADA LUCIANA SANTOS - Antes disso, Presidente, só como aqui dentro do relatório tem uma PEC...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Sandra Rosado) - Eu ia registrar agora.

A SRA. DEPUTADA LUCIANA SANTOS - Ela não pode ser aprovada junto. Então, a gente faz só todos os...

A SRA. DEPUTADA ANTÔNIA LÚCIA - Dos projetos. A PEC fica separada.

A SRA. DEPUTADA LUCIANA SANTOS - Isso.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Sandra Rosado) - Bom, então vamos voltar um pouquinho e colocar em votação. Com a proposta da própria Relatora da retirada pela impossibilidade de conter uma PEC no relatório da CPI, nós vamos colocar em votação.

Os Deputados e Deputadas que são favoráveis permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado o relatório da Deputada Luciana Santos.

Eu gostaria, antes de encerrar aqui a nossa reunião de hoje, de dizer da alegria que eu tive e que nós certamente tivemos com a realização desta CPI, que há 6 anos, como vocês sabem... Eu passei 6 anos lutando para que esta CPI fosse



incluída na pauta do plenário, para que fosse autorizada a sua realização. Nós tivemos alguns problemas, tivemos que atravessar o período eleitoral, que de certa forma dificulta a nossa atuação parlamentar, mas eu quero dizer que fiquei muito feliz em ter conseguido, com a participação de todos os Parlamentares, a realização desta CPI, muito especialmente a Deputada Luciana Santos, que foi uma parceira extraordinária, o que não é de se estranhar, porque a sua vida política está pontuada sempre pelo sucesso, pela desenvoltura, pela capacidade, pela competência e, acima de tudo, pelo compromisso que a Deputada Luciana Santos tem com os avanços que poderemos ter através da nossa ação política.

O trabalho infantil... No meu entendimento, não existe trabalho infantil. Existem os mais cruéis e os menos cruéis, mas toda atividade que se transforma numa forma de trabalho de uma criança e de um adolescente ela é trabalho infantil, que deve ser investigado, deve ser corrigido, porque nós sabemos que a preparação do ser humano está basicamente interligada com a educação.

Eu quero agradecer a todos que passaram aqui pela Comissão, aliás, que fizeram do nosso trabalho, de Jean, de Antônia, meu, de Luciana, um trabalho que resultou no sucesso desta CPI. Eu quero agradecer muito especialmente a Saulo, a Maria da Penha, a Lucimar, a Cristiano, a Gladys, a Hely Cacia, a Denise, a Leandro, a Graciete, a Rodrigo, a Mário Guilhon, a Paulo Fernando, a Luiz Carlos, Marco Antônio e o Tarcísio. Todas essas pessoas nos auxiliaram na tarefa de fazer essa investigação.

Eu entendo que algumas pessoas poderão ter alguma discordância, mas acredito que isso tudo será resolvido através do diálogo. A Deputada Luciana vai continuar aqui. Eu espero que isso seja resgatado a partir do dia 1º de fevereiro. Eu não mais estarei aqui, mas digo a vocês que saio desta Casa por um período, se Deus quiser. O tempo de Deus não é o nosso tempo. O tempo Dele Ele é quem determina. Mas quero dizer a vocês que Ele me deu o tempo para que eu pudesse realizar muitas ações aqui nesta Casa.

Então, eu quero agradecer a vocês todos, muito especialmente aos meus colegas Parlamentares, homens e mulheres que têm a marca da luta em defesa do povo brasileiro, e aos que fizeram nesta Comissão um trabalho que resultou em sucesso.



E tenho um sonho em que eu tenho muita segurança, apesar de ser sonho: que um dia possamos chegar a um País justo, em que as crianças não precisem ser exploradas, as crianças não precisem ser retiradas do ambiente que é apropriado para a sua idade. A família, a escola, tudo faz parte de um contexto que dá garantia ao futuro do nosso País. Então, eu tenho um sonho que se transforma às vezes na convicção de que isso acontecerá. E eu chegarei a um tempo, tenho fé em Deus, em que as crianças serão respeitadas acima de tudo.

Então, muito obrigada.

O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS - Deputada Sandra...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Sandra Rosado) - Pois não, Jean.

O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS - Eu quero lhe desejar muito boa sorte nessa nova fase da sua vida e quero parabenizá-la — não tive a oportunidade na fala de antes de dizer isto — pela condução da Presidência desta CPI da Exploração Sexual... desta CPI do Trabalho Infantil. Eu só disse CPI da Exploração Sexual porque foi a que eu presidi.

Quero parabenizar V.Exa. pela condução dos trabalhos da CPI do Trabalho Infantil, junto com a Deputada Luciana Santos, na relatoria. Foi um trabalho de fato relevante e significativo, mas que, infelizmente, não tem nem dentro nem fora a repercussão que deveria ter, porque não se trata de uma CPI que vá resultar em cassação de Deputados, ou de uma CPI que tenha como objeto a corrupção, este tema que as pessoas identificam demais com a política.

Independentemente da ausência de grandes repercussões internas e externas, o trabalho foi relevante. Acho que, além das proposições legislativas que o relatório apresenta e das diretrizes para o Poder Executivo, o trabalho desta CPI e deste relatório é sobretudo enfrentar o imaginário acerca do destino das crianças pobres. As pessoas acham que uma criança, quando pobre, ela tem que trabalhar para se corrigir, porque o destino de toda criança pobre é virar bandido. A minha mãe tinha um pouco essa mentalidade quando me colocou nas ruas para trabalhar, aos 10 anos, junto com meu irmão. Ela era uma mulher pobre, ela tinha necessidades, ela tinha sete filhos para criar, e ela usou a gente ali para trabalhar, diante da necessidade dela. Não era o que ela queria, mas, ao mesmo tempo, ela também aludia a uma ideia de que, se a gente não se ocupasse, não trabalhasse, a



gente poderia cair num destino imperfeito, porque o destino das crianças pobres é sempre imperfeito: é o banditismo, o narcotráfico, ou a reprodução da pobreza.

A gente tem que enfrentar esse imaginário. Uma criança que tem assegurado o seu direito de brincar, o seu direito à infância, o seu direito à escola, a estudo, a lazer no período da sua formação, ela não vai se transformar num bandido. Não é o trabalho que vai torná-la digna; muito pelo contrário, é assegurar os seus direitos.

Então, eu acho que o papel, também importante, deste relatório e desta CPI é enfrentar esse imaginário, que está em muita gente. Muita gente acha que é correto explorar a mão de obra infantil, colocar as crianças para trabalhar cedo, porque assim elas serão corretas. Muitas pessoas hoje adultas dizem: *“Eu sou um ser humano bacana porque eu trabalho desde os 10 anos de idade”*. Eu seria um ser humano bacana mesmo se eu não tivesse trabalhado aos 10 anos de idade. Eu tenho certeza disto, de que eu seria um ser humano tão bacana quanto eu sou hoje. Se eu tivesse, aos 10 anos, estudado inglês, ou tivesse a chance de estar brincando, como outros colegas, eu seria tão bacana, talvez eu fosse até melhor.

Por isso eu acho que a gente tem que de fato assegurar a todas as crianças deste País, a todas elas, o direito à infância, ao seu período de formação.

Então, parabéns e boa sorte na sua jornada! E parabéns, Deputada Luciana!

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Sandra Rosado) - Obrigada, Deputado Jean.

Certamente, se a oportunidade de uma vida mais fácil lhe tivesse chegado... Eu não sei se V.Exa. seria mais brilhante, porque eu considero que o seu brilhantismo é imenso. E depois de saber da sua história a gente fica mais convencido de que você é um ser humano extraordinário, Jean.

O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS - Obrigado.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Sandra Rosado) - Eu quero reforçar um pouquinho essa questão que o Jean colocou.

Na maioria das vezes, nós encontramos as crianças pobres sendo exploradas, e certamente isso significa que é a maioria mesmo, que elas são exploradas. Mas existem também outras crianças... Se a gente for para o lado, por exemplo, não somente do trabalho, mas da exploração sexual da criança, as



crianças ricas são exploradas. Agora, elas não fazem parte da estatística, porque as famílias normalmente escondem aquele fato.

A gente escuta muita história assim bonita como a sua, mas, lamentavelmente, existem muitas crianças que não conseguem superar essa questão. E é uma visão que a gente sabe que a sociedade tem: se a criança for trabalhar, é melhor do que estar vagabundando nas ruas — dizem isso. A gente escuta muito essa expressão. No Nordeste, inclusive, a gente escuta muito.

Quando uma mãe... Eu acredito que a sua mãe e a mãe de outras crianças, quando coloca o filho para trabalhar, é por extrema necessidade de sobrevivência. Isso é realmente um fato.

Nós queremos informar que estão...

A SRA. DEPUTADA LUCIANA SANTOS - Eu queria antes, Sra. Presidente...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Sandra Rosado) - Pois não, V.Exa. tem a palavra.

A SRA. DEPUTADA LUCIANA SANTOS - Há uma PEC e três projetos de lei. A PEC não entrou no relatório da CPI, os projetos de lei sim. Mas é necessário que cada um dos Parlamentares da própria CPI que queira ser coautor do projeto de lei, isso é muito importante para que ele entre na pauta do ano que vem. Senão, como a CPI se encerra agora, eles não retomariam... Não basta que eles sejam só projetos de lei da CPI, é preciso que nósせjamos signatárias dele.

A SRA. DEPUTADA ANTÔNIA LÚCIA - Deputada, permita-me, por gentiliza. Essa decisão de sermos coautores pode ficar registrada aqui, agora?

A SRA. DEPUTADA LUCIANA SANTOS - Sim.

A SRA. DEPUTADA ANTÔNIA LÚCIA - Ou nós temos que apresentar necessariamente requerimento?

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Sandra Rosado) - Quanto à pergunta da Deputada Antônia Lúcia, eu tenho a impressão de que eles serão todos arquivados, os projetos.

A SRA. DEPUTADA ANTÔNIA LÚCIA - É isso o que eu estou dizendo. Não é da CPI, é uma...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Sandra Rosado) - É uma iniciativa individual.



A SRA. DEPUTADA ANTÔNIA LÚCIA - Foi isso o que eu quis dizer aqui. É uma iniciativa individual, com os Parlamentares sendo coautores.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Sandra Rosado) - Individualmente, cada um pode apresentar, ou em conjunto, fora da CPI.

A SRA. DEPUTADA ANTÔNIA LÚCIA - Isso. Foi isso o que eu quis aqui dizer.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Sandra Rosado) - Eu informo que resolvi declarar prejudicados todos os requerimentos apresentados e não deliberados por esta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Antes de encerrar os trabalhos de hoje, nós vamos colocar em votação a ata da presente reunião.

Os Srs. Deputados que aprovam permaneçam como se encontram.
(Pausa.)

Aprovada a ata.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião e os trabalhos da CPI do Trabalho Infantil.

Eu quero pedir aos Deputados que aqui estão e que no ano que entra vão permanecer aqui na Casa que cuidem desta CPI como se fosse uma criança, como eu sonhei sempre em ter esta CPI instalada. Eu entrego este fruto do nosso trabalho aos senhores e vou acompanhar todo o desenrolar desse trabalho com relação às crianças no nosso Parlamento, o que será um benefício para as crianças do nosso País.

Muito obrigada.

O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS - Tem V.Exa. a nossa palavra.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Sandra Rosado) - Obrigada. (Palmas.)